Copyright © 2011 Monica Duarte Dantas

Publishers: Joana Monteleone/ Haroldo Ceravolo Sereza/ Roberto Cosso

Edição: Joana Monteleone

Editor assistente: Vitor Rodrigo Donofrio Arruda

Assistente editorial: Patrícia Jatobá U. de Oliveira

Assistente de produção: João Paulo Putini

Projeto gráfico, capa e diagramação: Patrícia Jatobá U. de Oliveira

Revisão: Ana Paula Marchi Martini

Este livro foi financiado com o auxílio do PROAP/CAPES

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R35

Revoltas, motins, revoluções : homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX /
organização Monica Duarte Dantas. - São Paulo: Alameda, 2011.
570p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7939-094-4

1. Revoltas - Brasil - História - Séc. XIX. I. Dantas, Monica Duarte, 1972-.

11-3134.

CDD: 981.04

CDU: 94(81)

026831

ALAMEDA CASA EDITORIAL
Rua Conselheiro Ramalho, 694 – Bela Vista
CEP 01325-000 – São Paulo – SP
Tel. (11) 3012-2400
www.alamedaeditorial.com.br

Luciano Mendonça de Lima

Para a multidão, em sua existência mais profunda e inconsciente, festejos e incêndios são apenas jogos, nos quais se prepara para o momento da emancipação, para a hora em que pânico e festa, irmãos separados por longo tempo, ao se reconhecerem, se abraçam na insurreição revolucionária.

("Belo horror", Walter Benjamin)*

Introdução

Dentre os muitos rituais de poder de que se revestia a monarquia brasileira no século XIX, a chamada *Fala do Trono* funcionava como uma espécie de termômetro das inquietações políticas e sociais do momento. Ao longo do tempo, temas tais como o fim do tráfico negreiro, a questão do elemento servil, a reforma eleitoral, a Lei de Terras, crises políticas etc, se transformaram em objeto de preocupação do dirigente máximo da nação, entrando definitivamente na agenda nacional. Dando continuidade a essa tradição, ao abrir os trabalhos extraordinários

* Walter Benjamin, *Obras escolhidas*, v. II, São Paulo, Brasiliense, 1987.

da Assembleia Geral do Império (a reunião da Câmara dos Deputados e do Senado), no começo do ano de 1875, o imperador d. Pedro II escolheu um tema que a pouco havia comovido amplas setores da sociedade. Vejamos em que consistiram esses fatos:

A ordem pública foi perturbada em vários pontos do interior de quatro províncias do norte. Bandos sediciosos, em geral movidos por fanatismo religioso e preconceitos contra a prática do sistema métrico decimal, assaltaram as povoações, destruindo os arquivos de algumas repartições públicas e padrões dos novos pesos e medidas. Felizmente, sufocou-se de pronto o movimento criminoso, sendo a autoridade pública auxiliada por cidadãos dos mais prestantes daquelas localidades.¹

O imperador se referia ao que posteriormente ficou conhecido como Revolta ou Sedição do Quebra-Quilos, movimento social e político que começou em outubro de 1874 e se prolongou até os dois primeiros meses do ano seguinte, atingindo diversas localidades e envolvendo direta ou indiretamente milhares de pessoas em quatro províncias do norte do Império, a saber: Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas. Embora circunscrito a estas províncias, os acontecimentos de então tiveram repercussão nacional, não só por ser objeto da *Fala do Trono*, mas pelo que ele significou no contexto histórico em que se desenvolveu, gerando debates e mobilizando diferentes setores da sociedade. Passado o momento de perigo, com o triunfo da repressão e a construção da memória dos vencedores, o assunto foi caindo no esquecimento. Ao contrário de outros eventos do século XIX, alvo de investimentos por parte da historiografia brasileira, o Quebra-Quilos ficou cada vez mais restrito à crônica regional. Só recentemente este quadro vem se alterando, com a produção de trabalhos que visam colocar o movimento no seu devido lugar na história do Brasil.

Este texto faz parte deste esforço mais amplo, ao recolocar o movimento e seus personagens no contexto da crise da sociedade imperial brasileira da

segunda metade do século XIX. Nesse sentido, começamos contextualizando a revolta, narrando as suas principais ações e, por fim, discutindo alguns de seus significados, especialmente a lógica que os populares imprimiram aos acontecimentos. Para isso, compulsamos e analisamos uma série de fontes primárias e estabelecemos um diálogo com a tradição historiográfica, inquirindo assim alguns de seus silêncios, centrando a análise no antigo município paraibano de Campina Grande, epicentro dos acontecimentos.

O contexto: economia e sociedade

Na segunda metade do século XIX operava-se uma mudança na correlação de forças sociais e políticas, significando um novo rearranjo na geografia do poder nacional entre as elites, os grupos subalternos e o Estado imperial, processo esse caracterizado por transformações de natureza econômica, política e ideológica, com nítidas e substanciais variações regionais. De um lado, as elites proprietárias do Norte, que viviam as dificuldades advindas do que se convencionou chamar de “crise da grande lavoura”, quadro agravado devido à queda no preço do açúcar e do algodão no mercado internacional. De outro, a ascensão das novas elites cafeeiras do Centro-Sul, que se aproveitaram da proximidade da Corte para consolidar os seus interesses cada vez mais hegemônicos.

Este quadro mais geral levou a uma paulatina redefinição nas relações de dominação e de poder. Percebendo a crescente perda de seus velhos privilégios, as classes dominantes nortistas – a partir de uma complexa operação ideológica e cultural – procuraram transformar a sua crise numa poderosa arma de barganhar favores para si e seus aliados junto aos cofres públicos, através de medidas de incentivo à lavoura, empréstimos a juro baixo, construção de estradas de ferro e outros melhoramentos materiais e morais.

Ao mesmo tempo, o Estado imperial buscava – com apoio de grupos espalhados por várias províncias – traçar um projeto que implicava um conjunto de reformas capazes de enfrentar as questões de ordem interna e externa, logo após a Guerra do Paraguai².

No centro desse debate estava a problemática das relações de trabalho e suas múltiplas e delicadas implicações, pois essa era uma questão que atravessava e dividia o cotidiano daquela sociedade, tanto horizontal como verticalmente. Neste ponto, pelo menos três posições se destacavam, com argumentos que se excluíam e outros que se cruzavam, sendo que uma proposta não implicava, necessariamente, a anulação de outras. Havia o grupo que continuava apegado aos interesses da propriedade e da exploração escrava. Um segundo grupo defendia a imigração de europeus, subvencionada pelo Estado, para substituir ou trabalhar ao lado dos escravos, preferencialmente como parceiros ou então através de formas particulares de assalariamento. Por último, os que apresentavam como alternativa para a crise a transformação dos homens pobres livres em trabalhadores disciplinados para o trabalho sistemático da lavoura. Para isso se fazia necessária, mais uma vez, a ação do Estado para internalizar nesses homens e mulheres uma nova ética do trabalho, num duplo movimento de persuasão e de repressão, materializado em leis de regulamentação do trabalho e de combate à vadiagem. Por razões históricas, estas últimas ideias tiveram mais influência nas províncias do Norte. Obviamente, qualquer que tenha sido o caminho trilhado pelo Estado e pelas elites proprietárias, na chamada "transição do trabalho escravo para o trabalho livre", esse sempre foi um processo tenso e conflituoso, quer seja no plano local ou mesmo nacional³.

Na maioria das vezes, essa resistência se expressou de forma disseminada no cotidiano de escravos, imigrantes e de homens livres pobres. Em outras ocasiões se transformou em ações coletivas variadas. O Quebra-Quilos foi um desses momentos, e teve como pano de fundo esse quadro histórico mais amplo que estamos apresentando. Porém, precisamos compreender melhor alguns aspectos particulares da sociedade nortista e a inserção das camadas populares naquela conjuntura de crise social e política. Vejamos agora como as transformações da segunda metade do Oitocentos atingiram os diversos agrupamentos sociais, e como tudo isso se expressou no momento da eclosão da revolta.

Ao contrário da açucarocracia, sua congênere do litoral que se dedicava à cultura da cana-de-açúcar, os grupos proprietários do agreste e do brejo tinham os seus interesses vinculados mais diretamente à economia algodoeira e à

pecuária. O algodão, gênero conhecido desde os primeiros anos da colonização, geralmente era plantado em consórcio com culturas de subsistência, tais como o feijão, o milho e a mandioca. Essas propriedades variavam em extensão e qualidade, indo desde as grandes fazendas, passando pelas médias propriedades e até aos pequenos sítios. A tendência histórica que se observa no período em foco é de uma crescente concentração da propriedade e uma cada vez maior mercantilização da produção. Em outras palavras, boa parte dos médios proprietários foi obrigada a se desfazer de muitos bens, engrossando assim as fileiras dos pequenos proprietários, cuja situação econômica e social tendeu a se agravar. Nesse sentido, passado o *boom* algodoeiro da década de sessenta, adveio a crise que atingiu de forma diferenciada todos os setores sociais.

As camadas populares eram as que mais sentiam a situação então reinante. Se as elites tinham para quem apelar, os de baixo estavam muitas vezes entregues à própria sorte. Para manter os ganhos com o algodão, por exemplo, os proprietários ampliaram as áreas plantadas às expensas dos terrenos onde antes se cultivavam culturas de subsistência, que formavam a base da dieta dos pobres e cujo excedente era direcionado para os mercados locais. Quer dizer, para tentar manter os lucros das décadas anteriores, os plantadores do "ouro branco" aumentaram o plantio para compensar a queda nos preços, o que, como veremos, significou mais exploração para pobres livres e escravos. Uma outra questão, correlata a esse processo, foi, por um lado, o reforço na concentração da propriedade e do poder e, por outro, uma tendência à expropriação de pequenos proprietários e posseiros, além da expulsão de agregados e moradores das antigas fazendas. Com a redução das áreas para o plantio de subsistência, estes produtos escasseavam, levando muitas vezes a uma alta considerável dos preços para a população mais pobre. Diante deste quadro, por si só já crítico, os comerciantes e atravessadores de todo tipo se aproveitavam para especular. Para completar o quadro, as autoridades locais baixaram uma série de leis aumentando os impostos já existentes ou então criando novos. Como a maior parte do tributo incidia sobre os produtos de largo consumo, tais como carne, farinha e aguardente, podemos imaginar o grau de insatisfação que ia se acumulando, em especial nas hostes populares.

Outras ameaças também pairavam por sobre os corpos e mentes das populações pobres. Com a crise da escravidão e a intensificação do tráfico interprovincial, os proprietários das províncias do Norte passaram a ver na utilização dos pobres livres a solução para o que na época se convencionou chamar de "fome de braços". Só que as elites dominantes perceberam que não era preciso apenas a presença física destes homens e mulheres. Era necessário transformá-los em mão-de-obra diligente. E isto só seria possível, na ótica dessa mesma elite, combinando-se a propagação de uma nova pedagogia em torno do trabalho, a ser internalizada pelo trabalhador, e a repressão àqueles que não se moldassem a essa nova moral. Não por acaso, é por essa época que as casas de caridades, frentes de trabalho, escolas agrícolas e outras instituições são criadas para que uma nova ética fosse absorvida por essa legião de desenraizados e desertados.

Só que esses homens pobres não se subordinaram tão facilmente à nova lógica do tempo e do trabalho. Daí suas várias formas de resistência a esse processo. O que para as elites e autoridades da época era "vadiagem e vício", para eles era simplesmente outra maneira de encarar a vida, baseada no tempo da natureza, das estações e das colheitas, e não o tempo útil da produção mercantil⁴.

Daí porque a desconfiança dessas camadas populares contra as novidades do governo, que quase sempre alteravam para pior o seu cotidiano. Não por acaso, a população passou a interpretar a Lei do recrutamento militar de 1874, que eles chamavam de imposto de sangue, como a "Lei do Cativo", cujo objetivo fundamental seria transformar os filhos do povo em escravos, percepção essa que tinha sua razão de ser, devido às arbitrariedades cometidas pelos dominantes. Quando o governo imperial regulamentou o decreto do novo sistema métrico decimal, o cenário do conflito estava mais ou menos definido em seus traços gerais. Obviamente que nem tudo ocorreu linearmente, nem de forma pré-determinada. De qualquer maneira, entre a data de criação do decreto que acabou se transformando em estopim da revolta, em 1862, e sua efetivação, a partir de 1874, mudanças históricas importantes haviam ocorrido. Cada agrupamento social tomou partido, de acordo com expectativas e experiências históricas distintas, procurando interferir no curso dos acontecimentos.

"Scenas horrorosas": tecendo a trama

Pretendemos aqui reconstituir "passo a passo" as ações dos Quebra-Quilos, tendo como ponto de partida as várias falas presentes na documentação pesquisada. Estas falas não deixam de expressar, à sua maneira, as múltiplas experiências que deram densidade ao movimento, constituindo assim as tensões e expectativas manifestas pelos indivíduos e grupos sociais que se envolveram naqueles acontecimentos.

Como definimos anteriormente, as províncias do norte do Império, incluindo aí a Paraíba, viviam uma conjuntura de transformações históricas na segunda metade do século XIX, mudanças estas que atingiam, de forma diferenciada, é verdade, o cotidiano das classes e grupos sociais da região, o que também levou a percepções e leituras diferenciadas da crise que então se manifestava.

Ao que tudo indica, as autoridades constituídas, responsáveis pela manutenção da ordem pública, procuraram minimizar ao máximo os efeitos daquela conjuntura. É o que se pode depreender do relato do chefe de polícia da província da Paraíba, Sr. Claudino P. Cavalcante, alguns meses antes da eclosão das manifestações populares que resultariam na Sedição do Quebra-Quilos. Dirigindo-se ao presidente da província, ele afirmava textualmente que: "O socêgo publico não tem soffrido alteração e menos ha sido perturbado, graças a indole pacifica e laboriosa da população, sendo para confiar-se que esse estado lisonjeiro que annuncio a V. Exa. perdurará por muito tempo".

A situação, no entanto, parecia ser bem mais complexa do que seletivos olhares nos fazem crer, pelo menos em algumas localidades do interior. Nestas últimas, o clima de insubordinação parecia estar no "ar". A rigor, notícias envolvendo conflitos dos mais variados tipos entre populares e autoridades nas feiras e seus arredores remontam a, pelo menos, o início daquele ano. A este respeito, Antonio da Costa Gadelha, que no momento da eclosão do Quebra-Quilos "retirou-se amedrontado para a capital, por ter sido ameaçado, uma vez que tinha em seu poder o padrão da câmara municipal", chega a afirmar em depoimento que:

Em principio do anno de mil oitocentos setenta e quatro notou elle respondente grande rezistencia da parte da feira desta cidade para o pagamento do novo imposto municipal [...] e que deram algum tempo, havendo na feira da Povoação de Fagundes, na mesma ephoca igual opozição chegando a ponto de haverem ferimentos na pessoa do subdelegado de policia que pretendeu auxiliar a cobrança devida, e fazerem-se desacatos ao cobrador do mesmo imposto, que difficilmente pode continuar a cobrança.⁶

Nos arredores de Campina Grande, por exemplo, corriam notícias sobre supostos tumultos populares. Uma testemunha nos fornece um retrato mais ou menos vivo desse quadro de apreensões múltiplas e difusas.

Felipe Aranha de Albuquerque Montenegro era um "andarilho". Natural de Pernambuco, ele exercia a função de cobrador de diversas casas de comércio da cidade do Recife. Pelas próprias exigências de seu officio, via-se na contingência de se deslocar permanentemente. Numa destas muitas viagens interior adentro, às vezes feita no velho lombo de burro ou mesmo a pé, chegou a Campina Grande. Tempos depois, o dito Felipe, a partir de uma atribuição da Câmara Municipal, se tornou arrematante official de impostos. Apesar da pouca idade que tinha, 22 anos, ele talvez soubesse por experiência própria "de ver ou ouvir dizer", que o desempenho de suas funções tinha lá suas vantagens, mas também os seus riscos. Se, por exemplo, ele podia ter um bom ganho, superior ao que era obrigado a pagar à municipalidade pelo arremate, esta mesma situação, particularmente em conjunturas de dificuldades, poderia colocá-lo em "maus lençóis" perante setores das populações locais.

A chegada do arrematante coincidiu justamente com um desses momentos de penúria coletiva. As reclamações e impaciência dos mais pobres, em relação às últimas novidades baixadas pelo governo, só faziam aumentar, concentrando-se especificamente no problema da tributação, uma das razões mais fortes para a eclosão do Quebra-Quilos. Por essa época, havia apenas dez anos que o lugar tinha se transformado de Vila Nova da Rainha em cidade, a quinta da província a

se emancipar politicamente, depois da capital, a cidade da Paraíba do Norte. Para isso muito contribuiu, além da influência política de sua elite, o primeiro *boom* algodoeiro dos anos sessenta. O município tinha um território de pouco mais de 3.000 metros quadrados, dividido entre a sua sede e os vários distritos, povoados e termos que lhe pertenciam, tais como Fagundes, Pocinhos, Queimadas, Boa Vista, Baixa-Verde, Campinotes, Surrão, Marinho, etc. Falar em campo/cidade por esse tempo é só força de expressão, pois não havia uma divisão nítida entre estes dois espaços. De qualquer maneira, para efeito de análise, diríamos que na zona rural estavam situadas as fazendas de gado e de algodão, os engenhos de rapadura e aguardente, as casas de farinha, os pequenos roçados produtores de alimentos e a maior parte da população, formada por 15.104 habitantes, enquanto que na zona urbana se concentravam as atividades administrativas e comerciais. Em relação à cidade propriamente dita, ela possuía duas igrejas, a Matriz e a do Rosário; dois açudes, o velho e o novo; um cemitério; a Casa da Câmara e do Júri, que também servia de cadeia pública; três largos, quatro ruas e oito becos, por onde se distribuíam, desordenadamente, trezentas casas, estas na verdade simples casebres e alguns poucos sobrados. Neste labiríntico cenário, em que homens e animais disputavam com frequência o mesmo espaço, se destacavam os mercados, onde se realizavam as duas concorridas feiras semanais: a de cereais e alimentos, no sábado, e a de gado na quinta-feira. O primeiro, o Mercado Velho, ficava na rua da Matriz e foi construído em 1824 por Balthazar Gomes Pereira Luna, que além de negociante-proprietário era o principal chefe liberal do município. Já o outro, o Mercado Novo, foi mandado erguer em 1864, na rua do Seridó, pelo forasteiro pernambucano Alexandrino Cavalcante de Albuquerque, também negociante-fazendeiro e líder dos conservadores. A distância física a separar um do outro era de, aproximadamente, 100 metros no sentido sul/norte. Uma curiosa lógica definia onde as feiras se realizavam, se no velho ou no novo mercado. De acordo com o partido político que estivesse no poder, a sua realização podia se dar em um ou outro local. Por volta de 1874, quando os conservadores estavam no governo, era no Mercado Novo que aconteciam as feiras semanais.⁷

Neste cenário histórico, o chamado imposto do chão tornava-se cada vez mais o alvo preferencial do furor popular e, como vimos acima, era justamente

aos setores pobres da população que os arrematantes estavam encarregados de cobrar, algo cada vez mais delicado de se cumprir. Em certo dia de julho do ano de 1874, por exemplo, um desses arrematadores, o já mencionado Felipe Montenegro, estava caminhando pelas imediações do Mercado Novo quando, de repente, foi cercado por alguns populares de espíritos mais exaltados, que o ameaçaram com palavras de baixo calão. Diante deste aviso prévio, preferiu não se arriscar e, receoso de sofrer algo mais grave, “julgou mais acertado mudar-se do que expor sua vida”, transferindo-se logo depois para a distante vila de Pedras de Fogo, na fronteira com Pernambuco.⁸

Nada nos impede de especular, baseado em outras evidências, que incidentes deste tipo continuassem a ocorrer pelos dias e meses que se seguiram. Porém, acontecimentos mais graves e inusitados estavam por vir, quando os populares passaram das ameaças veladas para a ação direta, dando início a uma revolta generalizada⁹.

Com a saída de cena do arrematante fujão, assumiu o seu posto Francisco Antonio de Sales. No dia 31 de outubro de 1874, um sábado, ele estava na feira de Fagundes quando foi “embaraçado por grande número d’individuos armados de facas e cacetes” que o impediram de cobrar os impostos, fato este que o obrigou a sair em debandada carreira em direção aos matagais próximos. Aproveitando-se da pouca força policial presente, um popular de nome João Nunes, morador perto da povoação, tomou a frente de um grupo de pessoas e rasgou uma lista contendo o nome dos devedores de impostos da localidade, que acabara de ser fixada havia alguns dias antes, em praça pública. Logo depois, este grupo dirigiu-se ao estabelecimento comercial de João Valdevino da Costa Leite com o intuito de matá-lo, só não o fazendo porque sua loja estava fechada. Após o que foram a uma venda e “beberam à vontade” muita cachaça, para em seguida se dispersarem.¹⁰

Nos dias seguintes, novos feitos vieram se somar a este. Desta vez os populares, liderados por Marcolino de tal, entraram novamente na feira gritando que “não se pagava o tributo do chão”, já que “o chão era do povo e que por elle não deveria pagar impostos”, após o que arrebentaram os pesos e medidas do sistema métrico decimal e “forçaram todos a comprar e vender pelas medidas

e pezos do *systema* antigo". Desta vez, antes de se dispersarem, ameaçaram invadir a sede do município.¹¹

Enquanto isso, na cidade de Campina Grande o clima não parecia ser dos melhores, principalmente depois das alarmantes notícias chegadas de Fagundes. De fato, após os eventos narrados acima, um grupo de mais de duzentas pessoas saiu da localidade de Fagundes para cumprir a promessa, ou seja, invadir a sede da comarca. Ao saber disso, o zeloso juiz de direito local, o bacharel Antonio da Trindade de Antunes Meira Henriques, "reuniu muitos cidadãos armados" para fazer frente àquela ameaça. Nesta operação de defesa da cidade, o juiz de direito da comarca de Campina Grande reuniu ao seu redor o que poderíamos denominar de "núcleo duro" da classe dominante local, incluindo aí proprietários de terras e escravos, burocratas, padres, militares, etc. Lá estavam, por exemplo, os coronéis Honorato da Costa Agra e João Lourenço Porto, o vigário Calixto Correia da Nóbrega e o juiz municipal, Bento José Alves Vianna. Parece que tais medidas surtiram algum efeito, pois o mencionado grupo recuou a meia légua de distância da entrada para a cidade, no sentido sul. Não seria desta vez que Campina seria acometida pelos populares¹².

Nem por isso a situação de temeridades e apreensões se alterou, pois neste ambiente de tensões latentes qualquer incidente poderia gerar novos conflitos. Foi o que aconteceu no sábado seguinte. Cientes das ameaças e acontecimentos de Fagundes e demais povoações do município, as autoridades de Campina Grande procuraram pôr em prática um conjunto de medidas preventivas e assim reforçar a vigilância com a exígua força policial disponível. Para isso, priorizaram os locais públicos mais vulneráveis aos ajuntamentos e movimentações populares como, por exemplo, o Mercado Novo, situado na rua do Seridó, que, conforme vimos anteriormente, era onde se realizavam as concorridas feiras semanais naquele momento de domínio dos conservadores.

Foi justamente neste local que a guarda, sob o comando do delegado de polícia, o capitão João Peixoto de Barros, se concentrou para, através de rondas, manter a ordem no local e em seus arredores. Tudo corria aparentemente bem, quando, na feira do dia 14 de novembro de 1874, o "povo" começou a espalhar

que não se pagava mais o imposto do chão, notícia essa que de pronto chegou aos ouvidos dos feirantes ali aglomerados.¹³

Um desses feirantes, chamado Manoel José de Figueirêdo, conta em seu depoimento que estava junto de sua valiosa carga de rapaduras. Em vez de compradores, o que recebeu foi a ingrata visita do arrematante, que veio lhe cobrar o imposto do chão. A partir daí se deu um interessante diálogo entre as partes. Pressionado pelo cobrador de impostos, o dito Manoel respondeu a este último que só pagaria o imposto se os demais feirantes também assim o fizessem. Como àquela altura dos acontecimentos ninguém estava mais disposto a pagar nada, iniciou-se uma pequena discussão entre o coletor e o feirante. Nesse ínterim, o capitão foi chamado e já chegou arrebentando, ameaçando prender de forma arbitrária o vendedor de rapadura, caso este insistisse em não pagar o imposto do chão. Enquanto isso, no meio da feira se instaurou um novo conflito envolvendo, de um lado, um soldado de nome Serafim, e de outro um popular. Incontinentemente, o delegado e as demais praças da força militar foram em socorro de seu companheiro de farda, mal imaginando o que os aguardava pela frente. De pronto, o comandante da tropa foi recebido com uma certeira cacetada desferida por um matuto, que o deixou prostrado ao chão. Em seguida, se iniciou uma verdadeira guerra com pedras e outros objetos não identificados, lançados quase todos ao mesmo tempo do meio da multidão, em direções e alvos distintos.

Resultado parcial do confronto entre as autoridades constituídas e os populares: vários paisanos feridos, de um lado, e baixa geral entre os três praças e o delegado de polícia. Por sinal, este último foi levado às pressas, desacordado e todo ensanguentado, para uma das lojas no interior do mercado, onde recebeu os primeiros socorros. Ao saber deste "facto lamentável [...], que bem revella o estado anormal e assustador d'esta comarca, pelo espírito de insubordinação do povo as autoridades constituídas e desrespeito a lei", o juiz de direito se dirigiu ao palco dos acontecimentos para persuadir os "cidadãos de bem", no sentido de colaborarem para o restabelecimento da ordem pública, o que depois de muito esforço parece ter conseguido¹⁴.

Pela primeira vez - com atraso, é verdade - estes mesmos acontecimentos se tornaram objeto de notícia por parte da imprensa local, adquirindo assim uma

nova visibilidade. Ao se referir aos conflitos de Fagundes e de Campina Grande, o articulista do *Jornal da Parahyba*, órgão ligado ao partido conservador, procurou minimizar a gravidade dos fatos, atribuindo-os a meras maquinações de políticos da oposição liberal, no sentido de atingir o governo provincial. A sua expectativa daí por diante era de que, com as enérgicas providências tomadas, voltasse a reinar a “plena paz na Comarca” de Campina Grande. Estas primeiras notícias sobre o Quebra-Quilos apareceram, por assim dizer, perdidas entre tantas outras mais importantes, na ótica ideológica do jornal, quase ao pé da página, em coluna cujo título é sugestivo: “notícias diversas”. Apenas no editorial do dia 09 de dezembro de 1874 foi que o jornal admitiu a gravidade dos acontecimentos, atribuindo-os à oposição liberal, ao fanatismo religioso e à ignorância das massas, as mesmas razões reproduzidas mais tarde pelo imperador em sua Fala. Quando o perigo começou a se dissipar no horizonte, o articulista pôde enfim respirar aliviado ao constatar que “já lá foi esconder-se nos abysmos do passado anno de 1874, cujos ultimos dias foram cheios de graves acontecimentos para a nossa provincia”¹⁵.

As expectativas do articulista do periódico conservador convergiam, naquele momento, com os desejos das autoridades locais. Como vimos há pouco, estas autoridades, tendo à frente o juiz de direito, saíram da feira acreditando terem apaziguado os ânimos. De fato, após a conversa alguns populares voltaram para suas casas e retomaram seus afazeres. Só que esse clima de distencionamento perdurou por pouco tempo e acontecimentos proporcionalmente mais graves voltariam a se repetir pelas semanas que se seguiram. A cidade passou a ser atacada por diversos grupos populares, que armados e provenientes de diferentes povoados da comarca, chegaram e agiram em dias alternados do mês de novembro de 1874.

O primeiro grupo a se apresentar foi o de João Vieira da Silva, o João Carga d'Água, que arregimentou sua gente pelas bandas de Pocinhos e Várzea Alegre, todos armados de cacetes, machados e armas de fogo. A “multidão turbulenta e vociferante” entrou triunfalmente em Campina Grande no dia 21 de novembro de 1874, disposta a “acabar com os tributos”, pois “não era possível soffrer” mais. Para isso, incontinentemente se deslocou para a feira, colocando em prática os seus primeiros intentos sediciosos¹⁶.

Ao saber disso, a “tropa de choque” da ordem, mais uma vez capitaneada pelo juiz de direito, entrou em campo. João Carga d’Água foi chamado, através de um emissário, a comparecer imediatamente à casa do vigário Calixto Correia da Nóbrega, onde se encontravam as mais altas autoridades do lugar. Todos ali presentes foram unânimes em persuadir os revoltosos a entregarem as armas e pararem de cometer “desatinos”, pois aquilo tudo que estavam praticando era ilegal. Carga d’Água retrucou dizendo que “queria o papel dos tributos” para destruí-los. O juiz de direito, fazendo uso da palavra, afirmou a este último que os ditos tributos não existiam, eram pura invenção dos inimigos da lei e se visse “alguém cobrando-os, prendessem a sua ordem”, o que não convenceu de todo o líder popular. Tanto é assim que em seguida Carga d’Água ameaçou se retirar do recinto.

Enquanto estas tensas negociações se desenrolavam, notícias de renovados distúrbios na feira se espalhavam. Desta vez, as massas entoaram algumas palavras de ordem do tipo “abaixo os impostos e viva a religião católica” e começaram a quebrar todos os pesos e medidas que encontravam pela frente¹⁷.

Ao que tudo indica, desta vez a tática apaziguadora das autoridades pareceu não dar certo e a situação começou a fugir a qualquer controle, pelo menos aos olhos da classe dominante e de seus representantes. No dia seguinte, os amotinados locais receberam o reforço de novos grupos populares vindos de Fagundes, que conseguiram finalmente furar o cerco e entrar na cidade, tendo à frente líderes como Marcolino de tal, Manoel Piaba, João Nunes e outros. Acompanhados ao som e ritmo de música, os populares fecharam diversas casas comerciais da rua do Seridó e prosseguiram no serviço de inutilização dos pesos e medidas, prometendo ainda acabar com os maçons “como se corta carne no açougue”, algo no mínimo inusitado dentro daquele contexto. Isto porque um dos personagens que aparecem como um possível líder do Quebra-Quilos se chamava Manoel Marchante. Quer dizer, naquela conjuntura de tensões sociais o seu instrumento de trabalho, a faca, poderia ter mil e uma utilidades, inclusive picar gente.¹⁸

Na sucessão de acontecimentos dramáticos que Campina Grande viveu naqueles dias, novos lances ainda estavam por vir. Na noite de 23 de novembro de 1874, um pequeno grupo saído de Queimadas chegou à cidade, liderado por Manoel de Barros, que veio com a clara intenção de libertar seu pai, que

se encontrava cumprindo pena por crime de homicídio. Este episódio, o do arrombamento da cadeia, é quase que uma história à parte. Foi capitaneado por membros da família Barros, residente no distrito de Queimadas. Pai e filho foram acusados de emboscar e matar o subdelegado Hippolito Caciano d'Araújo, fato esse ocorrido em 3 de agosto de 1873. O filho, Manoel de Barros, fugiu, enquanto o pai, João de Barros, foi preso, julgado e absolvido. O juiz de direito, Sr. Meira Henrique, recorreu da sentença, por coincidência às vésperas do Quebra-Quilos. Daí se entender melhor as palavras e a ira que nutriam por esse mesmo juiz. Por outro lado, essa não foi a primeira vez que a cadeia local foi arrombada. Nestes termos, eram relativamente comuns episódios de ataques às cadeias e soltura de presos, em especial aqueles recrutados para o serviço militar, outro importante motivo explicativo da revolta em tela.¹⁹

Dito isso, vejamos como uma testemunha ocular descreveu a entrada do grupo liderado pelos Barros na cidade:

[...] por volta de uma hora da noite de 23/11/1874 um grupo de oito homens armados assaltou a cadeia pública desta cidade, arrombou o alçapão da prisão dos homens, e dela fez subir o criminoso João de Barros Souza [...] e todos os mais sentenciados em número de vinte e quatro ali encerrados, e após esse ato se dirigiram todos a rua do Seridó, onde na venda de Manuel Nunes beberam aguardente, e dali ao lugar da Baixa Verde, sítio do mesmo João de Barros, de cuja casa dispersaram. Poucos dias depois em pleno dia, quando os excessos das massas pelo movimento popular haviam derramado o terror em todos os espíritos, foi de novo assaltada a mesma cadeia também por um grupo armado que arrombando o alçapão que dá entrada a prisão das mulheres e que escapou do primeiro assalto, deu saída a todas as sentenciadas que ali se achavam [...].²⁰

Este objetivo foi facilitado pela anuência dos policiais encarregados da guarda dos presos, que não só não resistiram ao ato como também entregaram as suas armas e se juntaram aos arrombadores. Quanto ao destino dos presos, alguns aproveitaram a oportunidade para fazer escaramuças e acertar contas com inimigos pessoais e sociais; outros simplesmente entraram em férias por tempo indeterminado, se refugiando em certos lugares – esconderijos das proximidades.

Depois disso tudo, um grupo saiu pelas ruas dando vivas “à República” e desafiando publicamente as autoridades locais, particularmente o juiz de direito, pessoa que eles esperavam “picar a facção” caso aparecesse naquele momento²¹.

Após esse ousado e ameaçador gesto, não restou outra alternativa para proprietários e autoridades ainda constituídas, a não ser a retirada estratégica da cidade. Foram poucos os que se arriscaram a ficar. Mais uma vez, coube ao sobressaltado juiz de direito organizar, na calada da noite, a fuga: alguns preferiram rumar direto para a capital da província, outros se refugiaram em suas propriedades rurais, lugares onde esperavam encontrar a garantia de suas vidas ameaçadas pelos sediciosos. A fuga desse juiz se revestiu de um caráter vexatório. Segundo uma testemunha de vista, nessa mesma noite o magistrado “passou escondido dentro de um barreiro com um criado seu escravo de nome Faustino, e antes do dia amanhecer seguiu para a Capital” em debandada carreira.²²

Com essa mudança na correlação de forças internas, Campina Grande – pelo menos por alguns dias – ficou em mãos dos populares, que continuaram a agir, ação essa agora facilitada pelo arrefecimento do controle social. Tanto é assim que, na noite de 26 de novembro de 1874, um grupo de aproximadamente cem pessoas, liderado por João Carga d'Água e outros, arrombou e invadiu os prédios da Câmara Municipal (onde ficavam depositados os padrões de medição dos novos pesos e medidas), coletorias municipal e provincial, arquivos dos cartórios civil, criminal e de hipotecas, não deixando pedra sobre pedra, ou melhor, papel sobre papel: toda a papelada encontrada nestas repartições foram reunidas e depois incineradas em praça pública. Ainda encontraram tempo e disposição para irem à sede da loja maçônica “Segredo e Lealdade” destruir móveis e livros e, logo depois, à abandonada casa do juiz de direito, de onde arrancaram “uma das

portas penetrarão no interior e queimarão livros e papéis que encontrarão"; tudo isso regado à cachaça e em ritmo de barulhenta música²³.

No dia 28 de novembro de 1874, mais uma vez à noite, os vários grupos populares de Campina Grande se reuniram com seus respectivos chefes e, ato contínuo, rumaram para a casa do alferes João Baptista dos Santos, agente do correio, quebraram móveis e se apropriaram de toda a correspondência lá existente, cortando assim qualquer forma de comunicação com o exterior, após o que tomaram vinho e fumaram cigarros no estabelecimento de Antonio Martins de Souza e se dispersaram em seguida²⁴.

Para agravar ainda mais a situação novos personagens resolveram entrar em cena. Grupos de escravos, liderados pelo liberto Benedito e os irmãos cativos Firmino e Manuel do Carmo, se levantaram contra seus senhores exigindo a liberdade para si e seus companheiros de cativeiro, fosse na lei, fosse na "marra".²⁵

Como vimos anteriormente, grande parte das autoridades e proprietários locais se retirou às pressas, temendo represálias por parte dos sediciosos. Com a momentânea saída de cena dos grupos de elite ligados à velha ordem, os populares, à sua maneira, tentaram estabelecer na cidade uma espécie de contra-ordem, a ponto de haver um sedicioso chamado Luiz de tal, conhecido por Lôla, que se autointitulou secretário dos amotinados. De fato, nesse "governo" provisoriamente instalado, algumas medidas foram tomadas. Além de continuarem reticentes em relação ao pagamento dos tributos municipais e provinciais, com a quebra generalizada de todos os padrões de medidas (que eles recusavam "por que não querião medidas estrangeiras no Brasil"), os revoltosos "começarão a comprar pelos antigos pezos e medidas", o que não deixa de expressar uma certa moral da multidão, cuja lógica tentaremos desvendar mais adiante.²⁶

Enquanto as coisas assim se passavam, as notícias rapidamente se espalharam e o "carro da sedição" foi aos poucos chegando às demais vilas e cidades da província, enchendo de novos temores as elites e autoridades encarregadas de manter a ordem social e política. Nestes lugares, algumas ações das massas foram bastante semelhante aos fatos narrados até aqui, reproduzindo uma certa ritualística em torno daquele movimento.²⁷

A lógica da multidão

Após um breve sumário dos acontecimentos, tentemos avançar estabelecendo uma interpretação para o Quebra-Quilos, que dê conta de aspectos apenas tangenciados ou simplesmente negligenciados pelos autores que trataram do tema.

O primeiro aspecto a se destacar é de que o Quebra-Quilos deve ser inserido dentro de uma tradição de protesto popular, tradição essa que foi se constituindo historicamente ao longo do tempo. Porém, aqui é preciso explicitar um pouco melhor o nosso ponto de vista, no sentido de facilitar o acompanhamento do raciocínio em aspectos importantes da nossa própria avaliação. Por exemplo, entendemos que não se tratou de um motim da fome clássico, daqueles que ocorreram em épocas passadas na região, embora (como vimos em páginas anteriores) encontremos algumas características daquele tipo de ação coletiva também no Quebra-Quilos. Mas isto não deve nos desviar do caminho de buscarmos enfatizar as particularidades históricas que singularizaram o movimento social como manifestação política. No contexto da segunda metade do século XIX, o que mais se aproxima do Quebra-Quilos, enquanto protesto popular, é o Ronco da Abelha. Este foi uma reação das populações pobres das províncias de Pernambuco, Paraíba e Ceará contra alguns decretos do governo imperial de fins de 1851, que estabeleciam, dentre outras coisas, a obrigação do registro de nascimento e óbitos nos cartórios e o censo populacional. Interpretando essas medidas como uma tentativa de escravização (preocupação essa que reaparece no Quebra-Quilos) os populares invadiram cidades e vilas, queimando os papéis referentes aos decretos. O impacto do movimento foi tal que o governo foi obrigado a recuar e suspender temporariamente ambas as medidas.²⁸

Se o Quebra-Quilos não foi apenas mais um motim da fome, isto se deve a um conjunto de fatores, tais como o contexto histórico particular em que se deu, a configuração de forças sociais e políticas que colocou em movimento, a abrangência e proporção temporal e espacial que tomou, e as expectativas geradas no seu curso. Não nos esqueçamos que o Quebra-Quilos extrapolou em muito os limites de um ou outro lugarejo, em termos de extensão territorial e impacto político. Como já vimos, foram quatro províncias conflagradas, com pelos menos 78 vilas ou cidades

com focos de revoltas, milhares de pessoas envolvidas, alguns meses de duração e uma ampla e intensa repressão promovida pelos agentes da ordem.²⁹

O Quebra-Quilos foi, antes de tudo, uma espécie de reação das populações pobres livres contra um surto de modernização que naquele momento se processava, e que se expressava num conjunto de medidas de carácter racionalizador. Este processo – comandado por setores ligados à própria burocracia do Estado imperial e segmentos das elites proprietárias – alterava aspectos significativos da vida cotidiana das populações pobres do campo e da cidade. Estas, informadas por um conjunto de valores que sedimentava o seu mundo tradicional, se viram na contingência de, através de uma ação coletiva, redefinir o rumo dos acontecimentos, não sendo, portanto, um simples movimento reativo contra a fome e a miséria.

Nesse contexto, ia se estabelecendo um processo de tensão cada vez mais crescente entre uma ordem burocrática e letrada, e um mundo tradicional ainda fortemente caracterizado pela oralidade e informalidade. É, portanto, sintomática a ação dos populares ao quebrarem os pesos e medidas, queimarem uma série de papéis e hostilizarem algumas autoridades. Estes eram os símbolos mais visíveis dessa nova situação, que além do mais significavam novas formas de exploração económico-social e opressão política, expressa em medidas tais como o recenseamento, recrutamento militar, reforma judiciária, mercantilização da terra etc. Não é também por acaso que o movimento tenha eclodido durante a gestão do gabinete conservador do visconde do Rio Branco, cujo governo encarnou como nenhum outro esse espírito reformista.

A este respeito, não surpreende também que a arena destes combates tenha sido os mercados e seus arredores. Enquanto que para as elites proprietárias e seus prepostos as feiras eram cada vez mais um espaço de controle social, em que as novidades ditas “modernas” primeiro chegavam (novos padrões de pesos e medidas, decretos e leis escritas anunciando novos impostos e obrigações diversas), para a população pobre formada de agricultores, feirantes, vendedores ambulantes e consumidores os mercados eram muito mais do que um lugar de trocas mercantis e padronização de comportamentos.

Nas feiras semanais essa população móvel se encontrava periodicamente, para colocar as conversas em dia e se inteirar das novidades de cada um e dos

outros. Era também onde se mediam forças simbólicas e reais entre, de um lado, essa população numerosa e de outro os poucos agentes da lei, representada por policiais, juízes, agentes fiscais etc. Em certas circunstâncias, esta realidade latente terminava se manifestando através de variados tipos de conflitos individuais e coletivos, de que a crônica de época está repleta de indícios.

Valeria a pena recuperar dois episódios do Quebra-Quilós e tentar decodificá-los, tendo como parâmetro esse contexto maior. Como vimos, um dos alvos preferenciais da ira dos populares foi a recusa a pagar o imposto do chão, que na sua ótica era algo ilegítimo e, acima de tudo, injusto. Por que isso? Porque para essa população o chão simplesmente não era de ninguém, melhor dizendo, era do povo. Ora, aqui temos instaurado um conflito em torno de um certo território, informado por diferentes valores, percepções e práticas sociais cotidianas. De um lado o Estado, com seu batalhão de funcionários (coletores, policiais, fiscais etc) tentando esquadrihar um espaço tradicional com um conjunto de regras, normas e leis, no sentido de manter a todo custo a ordem social e política. De outro, os proprietários e comerciantes, que, principalmente depois da Lei de Terras de 1850, buscavam transformar esses ambientes em espaços mercantilizáveis, numa extensão de seus negócios privados. A este respeito, é exemplar o fato de que as feiras semanais de Campina Grande – e de resto outras localidades do agreste e do norte como um todo – ocorriam justamente ao redor dos mercados de propriedade de dois dos maiores potentados locais, atraindo não só fregueses, como prestígio social e político para si. Por fim, havia os populares com seus difusos, porém arraigados, valores em torno de noções de justiça e propriedade muito particulares. Valores esses informados por uma forte tradição oral, transmitida de geração em geração, com claros e variados traços de vida comunitária. Daí, por exemplo, a lógica da queima dos papéis oficiais, símbolos de uma ordem letrada e burocrática, e a recusa a pagar impostos por algo (no caso, o uso do chão da feira) que a princípio era de todos.³⁰

Outro aspecto que não deve passar despercebido na análise é a própria quebra de pesos e medidas que, como vimos, obedecia também um certo ritual. Havia aqui uma razão óbvia para isso, pois com os novos padrões os populares saíam perdendo, levando menos bens para casa pelo preço que anteriormente levavam

mais, de acordo com os padrões tradicionais anteriores. Porém, o mais interessante em tudo isso é que logo após inutilizar balanças e pesos, os amotinados voltavam a comprar e vender pelos velhos padrões. O que aos olhos das autoridades era um estado de “mais completa anarquia”, para os revoltosos era uma tentativa de restabelecer o precário equilíbrio de um mundo ameaçado de desmoronar, mundo esse que, apesar de baseado na exploração e desigualdade, era mais ou menos conhecido e manipulado em suas regras por esses homens comuns.

Por outro lado, devemos lembrar, mais uma vez, que o Quebra-Quilos coincidiu com um momento em que uma draconiana legislação contra a vadiagem estava sendo posta em prática, no sentido de impor formas compulsórias de trabalho aos homens pobres da região, que vivia a crise da escravidão. Uma das formas mais odiosas em que se materializava esse tipo de trabalho era a chamada “tutela e soldada”. Por ela, os pais suspeitos de “maus costumes” – a exemplo do alcoolismo, prostituição, etc. – eram obrigados a entregar seus filhos ao juiz de órfão local, que por sua vez assoldava esses menores a terceiros (até eles atingirem a maioridade) em troca de certas obrigações, por parte do tutor, e um pequeno salário. Uma cópia desses contratos ficava registrada em cartório. As reclamações contra maus tratos e exploração, provenientes desse tipo de relação, eram muitas e constantes, levando à mudança de tutores e novos abusos. Nesse contexto, é sintomático que uma testemunha tenha afirmado que um dos papéis mais procurados por João Carga d’Água e sua gente tenha sido, justamente, os inventários e tutelas, algo, segundo essa mesma testemunha, a que eles se referiam com muita irritação e que não queriam mais que existisse.³¹

Ainda nessa linha de reflexão, devemos rememorar outra passagem significativa da ação popular em Campina Grande. Logo que saíram da coletoria, ainda segundo testemunhas, algumas pessoas se dirigiram para um estabelecimento comercial e exigiram que seu dono lhes oferecesse bebida, pois estavam com muita sede. Neste exato momento, Carga d’Água aparece novamente e repreende seus comandados, afirmando que “não consentia que sua gente bebessem, bastava que fumassem”, e nada mais. A intenção destas palavras, carregadas de uma forte carga moral, talvez fosse a de evitar que aqueles sujeitos mais entusiasmados – com o “quengo” já transbordando de aguardente – praticassem atos que descambassem

para a violência gratuita. Afinal de contas, se muitos beberam para vencer o medo e dessa maneira criar coragem para enfrentar o imprevisível, o excesso poderia tirar o juízo de alguns e assim levar tudo a perder. Mais uma vez, isto pode ser interpretado como um sinal de preocupação, no sentido de dar uma certa lógica e eficiência às ações do movimento em seus objetivos, tudo isso informado por um certo padrão de conduta.³²

A esta altura do trabalho uma pergunta se impõe. Qual a real composição social do Quebra-Quilos? Afinal de contas, quem foram aqueles homens e mulheres que, correndo todos os riscos, resolveram se envolver em dramáticos acontecimentos, que de certa maneira rompiam com suas rotinas cotidianas?

Como alguns historiadores vêm chamando a atenção, essa nem sempre é uma questão de fácil solução, em se tratando de movimentos populares. As dificuldades são muitas e já começam com as fontes. Não custa nada lembrar de que boa parte da documentação foi produzida pelas forças da repressão, com o intuito de construir a verdade e justificar a repressão. Isto requer um trabalho redobrado, por parte do historiador social, interessado em resgatar e entender experiências sociais no tempo, em especial dos grupos subalternos. No caso do Quebra-Quilos, os grupos populares formaram o núcleo básico da sedição. Só que esses aparecem com denominações, no mais das vezes genéricas, a exemplo de "turba", "classe baixa", "sediciosos", "massas desenfreadas", "trôco" e "ajuntamento". Para avançar nesse processo de decomposição/recomposição da multidão, precisaríamos de dados seriais de seus componentes, ligados ao sexo, ocupação, faixa etária, classe social, instrução, algo que, infelizmente, nem sempre encontramos. A estas dificuldades de ordem mais geral, devemos acrescentar que a repressão era seletiva e que o anonimato era uma estratégia utilizada por populares para manter suas identidades a salvo de qualquer revelação e/ou punição. Daí se misturarem no meio de dezenas ou centenas de pessoas, ou então se apresentarem à noite, quando, como sabemos, todos os gatos são pardos. De qualquer maneira, temos referências, diretas ou indiretas, no processo a agricultores, agregados, vaqueiros, ferreiros, pedreiros, marchantes, padeiros etc. Foram esses trabalhadores pobres que formaram a base social do Quebra-Quilos.³³

Dito isso, resta-nos fazer determinadas inferências e, aqui e ali, ir juntando fragmentos no sentido de buscar alguns rostos na multidão no Quebra-Quilos, desde aqueles que apenas flertaram até os que assumiram posições de comando.³⁴

De todos os populares que aparecem na documentação, o nome que mais se destaca, sem dúvida, é o de João Vieira da Silva, vulgo João Carga d'Água. De fato, as evidências indicam que ele teve um papel de destaque na articulação de uma série de ações empreendidas pelos revoltosos³⁵.

Carga d'Água pode ser caracterizado como um daqueles tipos de líderes vindos da própria multidão. O fato de ser carregador de água contribuiu em muito para que desempenhasse o papel que exerceu no Quebra-Quilos. Ao retirar água dos açudes velho e novo e sair em cima do lombo de jumento, ele precisava fazer longos itinerários para vender o precioso líquido. Embora sua vida não fosse nada fácil, nestas caminhadas entrava em contato com muita gente e assim podia compartilhar determinadas ideias em comum. Nestes lugares, que podiam ser uma casa, uma taverna, a beira de uma estrada, tanto trazia como recebia notícias sobre a situação vivida por aqueles dias. É possível que sua liderança tenha sido forjada nesta rede subterrânea. Quando a conjuntura se tornou favorável, ele se apresentou à frente dos populares, dando uma certa unidade às ações do movimento. Não é à toa que sempre que chegava à Campina para empreender seus intentos, Carga d'Água se retirava para os povoados vizinhos e algum tempo depois voltava com novos reforços.

Um desses supostos convidados de João Carga d'Água foi Paulo Professor de Maria, 36 anos, casado, agricultor. No momento em que prestou depoimento perante o delegado, ele afirmou que num certo dia de sábado de novembro de 1874 foi chamado por Carga d'Água para vir à Campina Grande "quebrar os pesos e medidas e acabar com os impostos", convite este que não aceitou de pronto. Quando finalmente se decidiu e foi para a cidade, os sediciosos já haviam entrado em ação. Alguns dias depois, ele estava novamente com Carga d'Água, desta vez no povoado de Pocinhos, quebrando pesos.³⁶

Outro que terminou se envolvendo nos acontecimentos a convite de Carga d'Água foi Manoel Ignacio Ferreira da Silva, que contava na época com 22 anos, pouco mais ou menos, solteiro, morador em Campinotes, vivia de agricultura.

Segundo ele mesmo confessou, fez parte do grupo que arrombou a Casa da Câmara, os cartórios, a residência do juiz de direito e as coletorias³⁷.

Já João da Matta Bispo, 48 anos, casado, morador de Campina Grande, onde vivia de agricultura, alegou que, juntamente com muitas outras pessoas, foi convidado pelo vigário Calixto da Nóbrega. O inspetor de quartelão, responsável por sua prisão, afirmou que chegou a vê-lo "armado de cacete commettendo disturbios e fazendo parte de um dos grupos sediciosos."³⁸

Silvestre Pereira de Albuquerque, 30 anos, exercia a profissão de pedreiro, era casado e natural de Campina Grande. Em um certo dia de novembro, estava trabalhando na igreja do distrito de Queimadas quando foi convidado pelo capitão Antero para preparar um grupo, no sentido de se dirigir à Campina, após o arrombamento da cadeia da cidade³⁹.

Em outra passagem deste trabalho apresentamos Manoel José de Figueirêdo, 64 anos, casado, morador em Alagoa Seca, onde vivia de agricultura. Como vimos, ele foi um dos personagens que fizeram parte do episódio da confusão no mercado, o que resultou nos ferimentos do delegado de polícia. Depois daquele dia, confessou que "não veio mais a feira receoso de soffrer alguma pedrada". Mesmo negando qualquer participação mais direta, reconheceu que dois de seus filhos tomaram parte na revolta, o que pode ser um indício de que grupos de famílias chegaram a tomar parte no movimento, sendo esta uma importante rede de comunicação.⁴⁰

Como vimos, o primeiro arrombamento da cadeia de Campina Grande deu-se na noite de 23 para 24 de novembro de 1874, o que levou à fuga de todos os presos que lá se encontravam. Um dos apenados que conseguiu escapar foi Pedro José Ambuvana, que tinha 30 anos, era solteiro e vivia de agricultura. Depois de sair da prisão, aproveitou-se da situação e foi para a casa de sua mãe, no lugar Campinote, onde permaneceu até ser localizado pela polícia e novamente preso.⁴¹

Podemos concluir discutindo a dimensão do medo no Quebra-Quilos. Aquela sociedade, em cuja maioria dos conflitos permanecia latente no âmbito do cotidiano, se viu atravessada de ponta a ponta por um difuso sentimento de insegurança. Este sentimento costumava atingir mais frequentemente os de baixo, com o

espectro da fome, da seca e da violência. Mas, desta vez, quem esteve no centro dos acontecimentos foram elementos ligados aos estratos superiores da sociedade.⁴²

Homens proprietários ou investidos de alguma autoridade, acostumados ao poder de mando e que se viram de uma hora para outra acuados por todos os lados, impotentes para coopter a situação, apavorados diante da multidão. São coletores de impostos, obrigados a saírem de cena por se verem impossibilitados de continuar a desempenhar em segurança as suas atividades; são policiais, que por temor ou conveniência, não oferecem resistência e até se juntam aos amotinados; delegados e subdelegados, que no confronto com os populares veem sua autoridade virar pó ou, mais dramaticamente, sangue; senhores que saem em debandada para as suas propriedades em busca de alguma segurança.

Talvez quem tenha melhor expressado essa síndrome do medo tenham sido algumas das mais graduadas autoridades das localidades atingidas pela revolta, os mais fiéis escudeiros da lei e da ordem em tempos de paz social. Aqui, nos referimos particularmente aos juizes de direito, que tiveram um papel fundamental, antes, durante e depois da repressão ao Quebra-Quilos, que, não nos esqueçamos, aconteceu num momento em que as atribuições daqueles magistrados foram reforçadas, em função da Reforma Judiciária de 1871.⁴³

A ampla correspondência trocada entre estes magistrados e os presidentes das províncias atingidas é um testemunho singular, ímpar, talvez. Escrevendo sobre uma realidade processual – sem a censura dos olhares públicos mais diretos – em que os acontecimentos se sucediam de forma precipitada, vertiginosa e imprevisível, estes homens deixaram registrado um profundo sentimento de insegurança generalizada, conforme vimos em diversas passagens do texto, sentimento esse que se transformou, ele próprio, numa das tantas camadas de significados históricos sedimentadas à memória do movimento. Como disse um deles “ha um mez tenho estado em completo susto e sobressalto. Escapei das garras desses perversos por um milagre”.⁴⁴

Pouco importa que tudo isso tivesse muito de exorcização, teatralização e vontade de poder. O que importa fixar é que expressaram o medo num instante de extremo perigo, cujos ecos ajudaram a estabelecer uma memória política dos acontecimentos. Nesse sentido, a repressão posteriormente comandada pelo

general Severiano da Fonseca não deixou de significar uma espécie de vingança histórica para estes setores, ao colocar em movimento uma verdadeira operação de guerra contra os populares. Milhares de pessoas foram presas sem julgamento formal, outras punidas com o recrutamento militar forçado, a tortura e suplícios empregados à exaustão.⁴⁵

Apesar das punições exemplares, a luta dos quebra-quilos não foi em vão. Algumas das medidas decretadas pelo Estado imperial ficaram seriamente comprometidas devido à ação popular, a começar pela efetivação do novo sistema métrico-decimal, que em muitas regiões do Brasil (incluindo aquelas que foram palco da revolta) teve que conviver, até bem pouco tempo atrás, com os padrões do sistema anterior. O mais importante, porém, é que essa tradição de resistência continuou por outros meios, contribuindo assim para o desmoronamento da ordem escravista e monárquica.

Notas

- 1 Ver *Falás do Trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889*, Brasília, INL, 1977, p. 428.
- 2 Ver Evaldo Cabral de Melo, *O Norte agrário e o Império*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984; José Murilo de Carvalho, *Teatro de Sombras: A política imperial*, São Paulo, Vértice, 1988; *idem*, *A Construção da Ordem: A elite política Imperial*, Brasília, Ed. UNB, 1981.
- 3 Existe uma extensa literatura sobre os vários aspectos do processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre ou, em outros termos, a desagregação da ordem escravista e imperial. Quase todas pecam por seu aspecto teleológico. Ver Ariane Norma de Menezes Sá, *Escravos, libertos e livres: A Paraíba na segunda metade do século XIX*, dissertação de mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1994; Peter Eisenberg, *Modernização sem mudança*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 201-233.
- 4 Ver Ariosvaldo da Silva Diniz, *A maldição do trabalho: Homens pobres, mendigos, ladrões no imaginário das elites nordestinas (1850-1930)*, dissertação de mestrado, João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 1988, p. 41-98.

- 5 Ver *Relatório apresentado pelo chefe de policia interino Claudino Bezerra Cavalcante em 1 de julho de 1874 ao presidente da provincia da Parahyba do Norte, Sr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha-1875. Anexo A. Núcleo de Documentação em História Regional da Universidade Federal da Paraíba*. Alertamos ao leitor desde já, que quando da citação de documentos de época optamos por manter todas as suas características originais, a exemplo da ortografia, pontuação, sintaxe etc.
- 6 Para o que se segue ver: *Summario de culpa por sedição. Ex-officio*. Correspondência do Ministério da Justiça com a Presidência da Província da Parahyba do Norte. Códice IJI-317, 1875. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (doravante ANRJ). Quanto à imputação recaída sobre os acusados, o Código Criminal de 1830 considerava sedição como sendo um tipo de crime contra a segurança interna e pública tranqüillidade do Império, assim definido em seu artigo 111: “Julgar-se-ha cometido este crime, ajuntando-se mais de vinte pessoas, armadas todas ou parte dellas, para o fim de obstar a posse do empregado publico nomeado competentemente e munido de título legitimo, ou para privar do exercicio do seu emprego, ou para obstar a execução e cumprimento de qualquer acto ou ordem legal da legitima autoridade”, variando a pena de trabalho forçado a 12 anos de reclusão. Ver José Henrique Pierangelli, *Códigos penais do Brasil. Evolução Histórica*, Bauru, Ed. Jalovi, 1980, p.199-200.
- 7 Ver *Summario...*, auto de perguntas feitas a Felipe Aranha de Albuquerque em 12/12/1874. As informações básicas para a montagem do cenário de Campina Grande à época do Quebra-Quilos foram retiradas de Epaminondas Câmara, *Os Alicerces de Campina Grande*, 2ª ed., Campina Grande, Ed. Caravela, 1999, p.78-98. Em relação aos impostos, estes eram arrematados em praça pública, a exemplo do dizimo da lavoura, gado, aguardente, aferição dos novos pesos e medidas etc. Os interessados pagavam um valor pelo arremate. Com esta operação se viam obrigados a arrecadar o suficiente para cobrir as despesas e ainda obter ganhos ou lucros, o que muitas vezes levava à prática de abusos. Quanto ao imposto do chão, como o próprio nome diz, era uma taxa fixada em 200 réis por carga de pesar e 100 réis por carga de medir, que os feirantes eram obrigados a pagar por cada mercadoria colocada no chão do espaço da feira, gerando com isso encarecimento extra dos gêneros de primeira necessidade. Porém, a fértil imaginação popular se encarregava de agregar aos impostos reais, outros curiosos e imaginários tributos. Dizia-se, por exemplo, que o governo passaria a cobrar taxas do marido que viajasse ou da mulher que amarrasse os cabelos, notícias essas que acrescentavam mais ingredientes na impaciência daquela mesma população. Ver *Ofício da Câmara municipal da cidade de Campina Grande ao presidente da provincia, em 11 de junho de 1870*. Arquivo Histórico da Paraíba (doravante AHP), João Pessoa, CX.056, 1870.

- 8 Ver *Summario...*, auto de perguntas feitas a Fellippe Aranha de Albuquerque Montenegro em 12/12/1874.
- 9 Uma outra testemunha nos informa que Marcos de tal, morador em Piabas, teria aparecido na feira de Fagundes em um sábado que antecedeu o dia 31 de outubro de 1874 e tentou se opor ao imposto do chão, no que não teria sido acompanhado pelo povo. Coincidência ou não, o fato é que este mesmo personagem reaparece no Quebra-Quilos como um dos principais líderes dos grupos populares em Campina Grande, conforme veremos adiante. Ver *Summario...*, auto de perguntas feitas a João Valdevino da Costa Leite em 22/01/1875.
- 10 Sintomaticamente a lista contendo o nome dos devedores de impostos foi afixada na porta de um açougue, algo bastante significativo, já que alguns marchantes participaram da revolta. Ver *Summario...*, autos de perguntas feitas a Innocencio G. T. Mello em 31/12/1874 e Francisco Alvez da Luz em 22/01/1875.
- 11 Ver *Summario...*, autos de perguntas feitas a Innocencio G. T. Mello em 31/12/1874 e Francisco Alves da Luz, 22/01/1875, *op. cit.*
- 12 Além de juiz de direito, Antonio da Trindade Antunes de Meira Henrique foi deputado provincial pela corrente conservadora, tendo sido nomeado posteriormente desembargador. Como teremos oportunidade de demonstrar, este magistrado foi um personagem chave na história do Quebra-Quilos. Quanto às motivações do grupo que vinha de Fagundes em direção à cidade, há controvérsia acerca de suas reais intenções. Nessa linha de raciocínio, segundo alguns contemporâneos, o objetivo principal do dito grupo era arrombar a cadeia; já outros afirmavam que era para quebrar os novos pesos e medidas; por fim, havia aqueles que diziam que o real motivo era para dar uma "surra" nos dois juizes da comarca e um padre, também deputado, de nome José Ambrósio da Costa Ramos. Ver *Summario...*, autos de perguntas feitas a José Lourenço Porto em 30/12/1874 e Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque em 31/12/1874; *Ofício do Juiz de Direito da Comarca de Campina Grande ao presidente da provincia em 5 de novembro de 1874*. AHP, João Pessoa, CX. 059, 1874.
- 13 Ver *Ofício do Juiz de Direito da Comarca de Campina Grande ao presidente da provincia em 14 de novembro de 1874*. AHP, João Pessoa, CX. 059, 1874.
- 14 Ver *Summario...*, auto de perguntas feitas a Manoel José de Figueirêdo em 15/01/1875. Segundo um estudioso do Quebra-Quilos, um dos objetos que atingiu a cabeça do delegado de Campina Grande foi uma rapadura, que pesava em torno de meio quilo. Com o relato que fizemos acima, esta informação parece se tornar mais plausível e nos dar a medida exata do estrago causado na massa cefálica da autoridade policial. Ver Geraldo Ireneo Joffily, *O Quebra-Quilos: A revolta dos matutos contra os doutores*, Brasília, Theasaurus, 1976.

- 15 Ver *Jornal da Parahyba*. Edições de 11/11/1874, 14/11/1874, 16/11/1874, 18/11/1874, 09/11/1874 e 8/1/1875. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (doravante BNRJ). Este jornal, propriedade do então presidente da província, era porta voz dos conservadores locais, enquanto que *O despertador* defendia os interesses dos liberais. Para um histórico da imprensa paraibana no século XIX ver Fátima Araújo, *Paraíba: Imprensa e vida*, 2ª ed, João Pessoa, Ed. GRAFEST, 1986, p. 31-136.
- 16 Ver *Summario...*, autos de perguntas feitas a Manoel Ignacio Ferreira da Silva em 15/01/1875 e Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque em 31/12/1874. A expressão "multidão turbulenta e vociferante" é de Thompson. Ver. E. P. Thompson, *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 35.
- 17 Ver *Summario...*, auto de perguntas feitas a Bento Gomes P. Luna em 27/1/1875. O novo sistema métrico decimal, de origem francesa, veio para substituir o antigo sistema vindo de Portugal, baseado na cuia, vara, braça que remontava à época colonial. O novo sistema, por sua vez, baseado no litro, quilo e metro, fazia parte de um projeto mais amplo de "modernização" por parte do governo imperial. As autoridades procuraram impô-lo de uma forma autoritária, sem nenhuma preparação prévia, perante uma população acostumada com as tradicionais e antigas medidas que conheciam bem. Quanto ao significado de uma das palavras de ordem entoada pelos populares, não devemos esquecer que o Quebra-Quilos se deu no contexto da questão religiosa, envolvendo os bispos do Recife e de Belém em sua cruzada ultramontana contra a maçonaria, gerando atritos em diversas partes do Império, uma espécie de cisma entre Igreja e Estado. Em Campina Grande essas rixas colocaram, de um lado, o já mencionado vigário de nome Calixto Correia da Nóbrega e, de outro, os adeptos da loja maçônica Segredo e Lealdade. Ver Júlio C. Felix, *A metrologia no Brasil*, Rio de Janeiro, Qualitymark Editora, 1995; Roque Spencer M. de Barros, "Vida religiosa. A Questão religiosa", in Sérgio Buarque de Holanda (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, t. II: *o Brasil monárquico*, v. 4, 4 edª, São Paulo, DIFEL, 1985, p. 317-365.
- 18 Ver *Summario...*, auto de perguntas feitas a Domingos Limeira Cariry em 31/12/1875.
- 19 Ver *Summario de culpa por crime de morte. Quetzoza, dona Anna Thereza de Araújo. Reos, Manoel de Barros Souza e outros-1873*. Cartório da Primeira Vara do Tribunal do Júri do Fórum Afonso Campos de Campina Grande; *Ofício do Juiz de Direito da comarca de Campina Grande ao presidente da província em 23 de novembro de 1874*. AHP, João Pessoa, CX.059, 1874. Referindo-se às contraditórias relações entre criminosos comuns e a multidão, no contexto das revoltas populares da França e Inglaterra pré-industriais, o historiador George Rudé afirma que "longe de serem companheiros

inseparáveis [o crime e o motim] foram apenas companheiros ocasionais e não muito à vontade entre si". Guardadas as devidas diferenças, podemos dizer que a relação do grupo liderado pela família Barros com o Quebra-Quilos foi dessa natureza, pois se envolveram nos acontecimentos mais para soltar um parente e depois queimar o processo criminal em que este era réu, do que qualquer outra veleidade moral ou política. Ver George Rudé, *A multidão na História*, Rio de Janeiro, Campus, 1991, p. 219.

- 20 Ver *Summario de culpa por arrombamento de cadeia. Autora, a justiça pública. Reos, Manoel de Barros Souza, Antonio de Barros Souza e outros-1875*. Cartório do Terceiro Ofício do Fórum Afonso Campos de Campina Grande.
- 21 Era relativamente comum a menção à República, como palavra de ordem, em alguns dos movimentos ocorridos por essa época. O que não significa dizer, necessariamente, que o Quebra-Quilos foi deliberadamente pensado para derrubar a monarquia e implantar um novo regime político. De qualquer maneira, conseguimos localizar um documento confidencial remetido pelo ministro da Justiça do Império, em que este solicita ao presidente da província "recommendar-lhe que trate de verificar, com as precauções e reservas necessárias, se existe nessa província alguma associação secreta para promover a revolução em bem da idéia republicana". Ver *Ofício do Ministro dos Negócios da Justiça ao Presidente da Província da Parahyba do Norte em 16 de outubro de 1874*. AHP, João Pessoa, CX.059, 1874.
- 22 Ver José Mancio Barbosa, "A Sedição Quebra-Quilos", in *Voz Borborema*, 19/10/1938. Setor de Documentação Histórica da Universidade Federal de Campina Grande; *Summario...*, auto de perguntas feitas a Alexandrino Cavalcante de Albuquerque em 31/12/1874.
- 23 Esta passagem nos faz lembrar alguns aspectos do *charivari* (ou *Rough music*), fenômeno analisado em páginas clássicas por Thompson quando este se debruçou sobre determinados rituais presentes nos motins populares ingleses dos séculos XVII e XIX. Ver E. P. Thompson, *Costumes em comum, op. cit.*, p. 353-405.
- 24 Ver *Summario...*, auto de perguntas feitas a Antonio Martins de Souza em 18/01/1875. Embora o Código Criminal considerasse o crime cometido à noite como um agravante, os populares aproveitaram-se da situação como um fator a mais em seu benefício, isto numa época em que não existia iluminação elétrica pública. Aliás, os poucos lâmpadas a querosene encontrados pelos revoltosos foram estrategicamente quebrados.
- 25 Há controvérsia em relação ao exato instante em que começou a insurreição dos escravos campinenses. Segundo algumas testemunhas, eles entraram em cena no dia 29 de novembro de 1874, enquanto que outros garantem que foi no dia 4 de dezembro do mesmo ano. Essa não haveria de ser a única discórdia causado pela presença escrava no contexto do Quebra-Quilos. Ver Luciano Mendonça de Lima, *Derramando*

- susto: os escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande*, Campina Grande, Ed. UFCG, 2006.
- 26 Segundo um outro observador, quando o coronel Severiano da Fonseca chegou em Campina Grande, proveniente da Corte, em dezembro de 1874, se deparou com “um governo provisório, cobrando impostos e dispondo a seu talento da fortuna e da vida dos habitantes pacíficos”. Ver *Jornal da Parahyba*. 21/04/1875, BNRJ.
- 27 A metáfora do “carro da sedição” se encontra em *Jornal da Parahyba*. 14/04/1875, BNRJ.
- 28 Ver Hamilton de Mattos Monteiro, *Crise Agrária e luta de classes*, Brasília, Horizonte Editora, 1980.
- 29 Ver Armando Souto Maior, *Quebra-Quilos: lutas sociais no outono do Império*, São Paulo, Editora Nacional, 1978.
- 30 Ver *Summario...*, auto de perguntas feitas a Innocencio. G.T. Mello em 31/12/1874. Alguns dispositivos legais procuravam manter a ordem política e moral nas feiras, de acordo com o figurino desejado pelas elites dominantes, a exemplo do seguinte artigo de uma postura municipal de Campina Grande, segundo a qual “os que fizerem vozeiras e proferirem palavras obscenas nos açougues e feiras sofrerão 48 horas de prisão”, o avesso do que a inventividade popular foi capaz de fazer durante o tempo em que durou o Quebra-Quilos. Ver *Postura municipal de Campina Grande-1862*, apud Elpidio de Almeida, *História de Campina Grande*, 2ª ed., João Pessoa, Ed. UFPB, 1979, p. 271.
- 31 Ver *Summario...*, autos de perguntas feitas a Manoel I. F. da Silva em 15/01/1875 e Alexandrino Cavalcante de Albuquerque em 31/12/1874. A historiadora Marly Vianna, em pesquisa realizada sobre o antigo município de Campina Grande, localizou, para o período de 1861-1902, 371 pedidos de tutela, sendo que 280, ou 75,5% do total, estiveram concentrados entre os anos 1863 e 1877, ou seja, a conjuntura que cerca o Quebra-Quilos. Esta autora também chamou a atenção para o fato de que, por essa mesma época, as assembleias provinciais do Norte, inclusive a da Paraíba, fizeram aprovar leis de repressão contra a vadiagem. Ver Marly de Almeida Gomes Vianna, *A estrutura de distribuição de terras no antigo município de Campina Grande (1840-1905)*, dissertação de mestrado, Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba, 1985, p.121-136.
- 32 Ver *Summario...*, auto de perguntas feitas a Joaquim Gomes Correia em 26/01/1875.
- 33 Ver *Summario...*, auto de perguntas feitas a José N. Cavalcanti Maranhão em 10/12/1874.
- 34 Sobre os rostos na multidão ver George Rudé, *A multidão na História*, op. cit., p. 211-229.

- 35 Para a maioria dos líderes populares do Quebra-Quilos, além de suas ações, só nos restaram seus nomes, a exemplo de Galdino Piólho, Marcolino de Tal, Manoel Marchante, Manoel Piabas, Luis de Tal, Senhorinho de Tal, Francisco Calango e outros. Ver *Summario...*, auto de perguntas feitas a Daniel Joaquim F. Cavalcante em 29/12/1874.
- 36 Para se livrar da prisão, de penas maiores ou mesmo falando a "verdade" – pouco importa – o fato é que quase todos esses indivíduos lançaram mão do argumento de que tinham sido convidados por terceiros ou aderido à causa coagidos. Todos se encontravam presos no momento em que depuseram. Ver *Summario...*, auto de perguntas feitas a Paulo Professor de Maria em 18/01/1875.
- 37 Ver *Summario...*, auto de perguntas feitas a Manoel Ignacio Ferreira da Silva em 15/01/1875.
- 38 Ver *Summario...*, auto de perguntas feitas a João da Matta Bispo em 23/01/1875.
- 39 Ver *Summario...*, auto de perguntas feitas a Silvestre Pereira de Albuquerque em 18/01/1875.
- 40 Ver *Summario...*, auto de perguntas feitas a Manoel José de Figueirêdo em 15/01/1875.
- 41 Ver *Summario...*, auto de perguntas feitas a Pedro José Ambuvana em 15/01/1875.
- 42 Referindo-se à relação medo/sedição no contexto das sociedades ocidentais modernas, um conhecido historiador francês afirma que "as sedições de toda natureza marcavam com súbitas violências os tempos fortes de uma inquietude coletiva que, entre as explosões, permanecia silenciosa, até mesmo subterrânea". Ver Jean Delumeau, *História do medo no Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 151.
- 43 A Reforma Judiciária de 1871 fez parte de um projeto mais global de racionalização e centralização da máquina burocrática imperial, durante o gabinete conservador do visconde do Rio Branco. Consistiu basicamente em estabelecer atribuições diferenciadas entre a polícia e a justiça, o que gerou atritos entre estes dois setores do aparelho estatal, levando algumas vezes à justaposição de poderes entre autoridades. Sobre o sentido dessa reforma ver, Beatriz Westin de Cerqueira Leite, "A Reforma do judiciário de 1871 e sua discussão no senado do Império", *História*, nº 1, 1982, p.61-75. O conflito entre o juiz de direito de Campina Grande e o chefe de polícia da província durante o Quebra-Quilos se deu neste novo contexto, o que obrigou aquele magistrado a escrever uma longa resposta às acusações contra a sua pessoa. Ver *Resposta do Juiz de Direito da comarca de Campina Grande, o Bacharel Antonio da Trindade Henriques, ao relatório do Chefe de polícia Manoel Caldas Barreto sobre os movimentos sediciosos havidos nesta província, apresentado ao Exmº Sr. Presidente da mesma, Sr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha em 23 de fevereiro de 1875*, Recife, Typografia Conservadora, 1875.

- 44 Ver Carta do juiz de direito da comarca de Campina Grande em 07/12/1874, *Apud Anaes da Camara dos Deputados*, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1875, livro I, t. I/Apêndice, sessão de 17/04/1875.
- 45 Para a crônica oficial da repressão, ver *Quebra-Kilos: Relatório do comandante das forças imperiais estacionadas na província da Parahyba do Norte*, Rio de Janeiro, Publicações do Arquivo Nacional, v. XXXIV, 1937.